

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**Revisitando a Era Lula: Uma análise crítica das
estratégias de *soft power* na política externa
brasileira**

Maria Paula Wilman Damasceno

**Rio de Janeiro
Dezembro de 2017**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**Revisitando a Era Lula: Uma análise crítica das
estratégias de *soft power* na política externa
brasileira**

Maria Paula Wilman Damasceno

Artigo Científico apresentado em cumprimento às normas do Departamento de Educação Superior do CEFET/RJ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

Prof. Orientador: Elizeu Santiago

**Rio de Janeiro
Dezembro de 2017**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Elizeu pelos ensinamentos compartilhados, pela paciência durante a confecção deste trabalho e também pela amizade que levarei comigo ao longo da vida. A todo corpo docente do LEANI que participou do meu desenvolvimento acadêmico, profissional e também pessoal. Aos meus pais Patrícia e Paulo pelo apoio afetivo e financeiro que me permitiram concluir esse curso e aos meus tios Heloísa e Júlio pelo carinho diário e por abrirem as portas de sua casa e viabilizar a minha estada nessa cidade.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as estratégias de *soft power* adotadas durante a Era Lula. Pretende-se compreender os objetivos gerais e específicos da política externa de seu governo e avaliar em que medida a figura carismática do presidente teve relevância estratégica para a conquista dos mesmos. A hipótese levantada por este trabalho é que a ascensão nacional vivida na primeira década do século XXI guarda relações diretas com as estratégias bem-sucedidas de *soft power*. Dentre elas a utilização da diplomacia presidencial, a cooperação técnica com países em desenvolvimento e a busca por integração regional com países sul-americanos. Essa pesquisa possui caráter qualitativo e tem como marco teórico os estudos do professor norte-americano Joseph Nye. Simultaneamente foram analisadas literaturas secundárias escritas pelos principais especialistas da área. Durante a primeira seção será feita uma análise teórica dos conceitos de *hard*, *soft* e *smart power* com o objetivo de apresentar as definições que utilizaremos ao longo do texto. Na seção seguinte, analisaremos quais foram as principais estratégias utilizadas pelo governo Lula, tais como a aproximação africana, as relações estabelecidas na América Latina e a busca por integração entre países em desenvolvimento, concretizada pela criação do IBAS e do BRICS, para a conquista de seu objetivo maior, alcançar um lugar de maior protagonismo mundial para o Brasil. Na terceira seção analisaremos a construção da imagem de Lula da Silva e a importância dessa figura imagética para o alcance dos objetivos gerais de seu governo no âmbito de política externa. Na última seção faremos um balanço dos resultados da política externa brasileira no período, momento em que apresentaremos as considerações finais.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Lula da Silva; *soft power*; diplomacia presidencial

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the soft power strategies adopted during the Lula Era. It is intended to understand the general and specific objectives of the foreign policy of his government and to assess to what extent the charismatic figure of the president had strategic relevance for the conquest of the same. The hypothesis raised by this work is that the national rise experienced in the second half of the 21st century is related to the successful strategies of soft power, among them the use of presidential diplomacy, technical cooperation with developing countries and the search for regional integration cooperation with South American countries. This research has a qualitative character and has as theoretical framework the studies of the North American professor Joseph Nye. At the same time, secondary literatures written by leading experts in the field were analyzed. During the first section there will be a theoretical analysis of the concepts of hard, soft and smart power with the purpose of presenting the definitions that we will use throughout the text. In the following section, we will discuss the micro strategies used by the Lula government, such as the African approach, the relations established in Latin America and the search for integration among developing countries, concretized by the creation of the IBSA and BRICS, to achieve its objective, to reach a place of greater global importance for Brazil. In the third section we will analyze the construction of Lula da Silva's image and the importance of this imaginary figure to the achievement of the general objectives of his government in the scope of foreign policy. In the last section we will take stock of the practical results of its strategic commitment and, finally, we will present the final consideration.

Key words: Brazil foreign policy; Lula da Silva; soft power; presidential diplomacy

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

D155 Damasceno, Maria Paula Wilman
Revisitando a Era Lula : uma análise crítica das estratégias de
soft power na política externa brasileira / Maria Paula Wilman
Damasceno.—2017.
v, 28f. ; enc.

Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2017.

Bibliografia : f. 25-28

Orientador : Elizeu Santiago

1. Relações internacionais. 2. Brasil – Relações exteriores. 3.
Brasil – Política e governo – 2003-2010. 4. Silva, Luiz Inácio Lula
da, 1945-. 5. Linguagem e línguas. I. Santiago, Eliseu (Orient.). II.
Título.

CDD 327.1

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DOS CONCEITOS DE <i>HARD</i> , <i>SMART</i> E <i>SOFT POWER</i> E A SUA APLICABILIDADE NO BRASIL.....	3
2. APONTAMENTOS E ANÁLISES DAS ESTRATÉGIAS DE <i>SOFT POWER</i> NA ERA LULA	6
3. A IMAGEM DE LULA E O ITAMARATY.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

INTRODUÇÃO

A política externa do governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT) que governou o Brasil no período entre 2003 e 2010, teve como uma de suas principais características o uso do *soft power*, também chamado de “poder brando”. Essa tática promoveu mudanças na ênfase da política externa brasileira e possibilitou ao país a busca por maior espaço no cenário global. Uma das manifestações de *soft power* durante o seu governo foi a utilização da estratégia de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI E CEPALUNI, 2007).

Ao longo deste trabalho analisaremos a correlação entre a construção da imagem presidencial, ativo diplomático vastamente utilizado na administração Lula, e o processo de popularização da política externa, não somente através da cobertura dos principais veículos de mídia nacional e internacional, mas também pela série de medidas políticas de aproximação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) da população e das políticas de ação afirmativa de ingresso no Instituto Rio Branco (IRBr).

Entre as mudanças mais significativas da Era Lula foi justamente a busca por novos parceiros, como o incentivo à integração sul-americana, que possibilitou maior equilíbrio entre países do norte e do sul, que era um dos objetivos de sua política externa. É importante salientar que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) algumas dessas mudanças já estavam em curso, como a aproximação de Brasil, Índia e África do Sul que vieram a transformar-se no G3 (IBAS), mas somente no governo Lula o Brasil consolidou o seu papel de “líder dos países em desenvolvimento” (VIZENTINO, 2003 *apud* PINHO, 2016).

Os objetivos deste trabalho são: 1) averiguar quais foram as metas da política externa do governo Lula e quais foram as estratégias utilizadas pela sua equipe para que fossem alcançadas 2) analisar a construção da imagem presidencial de Lula da Silva entre 2003 e 2010; 3) investigar como se deu a projeção e recepção global da imagem desse líder político; e 4) refletir sobre os resultados práticos dessa projeção para os interesses nacionais.

A pesquisa desenvolvida é qualitativa e explicativa e possui caráter bibliográfico-documental. Cabe mencionar que além da literatura de fonte primária serão analisadas literaturas secundárias, como artigos de opinião e de análise escritos pelos principais especialistas da área.

Ao longo deste trabalho buscaremos responder às seguintes questões: O que permitiu Lula da Silva alavancar a imagem do Brasil internacionalmente? Por quais motivos em seu mandato o Brasil exerceu intensa e efetivamente o *soft power*? A hipótese deste artigo é que a

ascensão internacional brasileira na primeira década do século XXI guarda relação direta com a estratégia bem-sucedida através da qual o país formulou e implementou estratégias de *soft power*, dentre elas a diplomacia presidencial que, embora ensaiada durante os anos de Cardoso, ganhou força na Era Lula, mediante, sobretudo, a construção imagética de um líder carismático que chegava a confundir-se com a imagem da própria nação.

Argumentaremos ainda que a depender da construção imagética em torno do líder, a diplomacia presidencial tende a ter maior ou menor capacidade de gerar *soft power*, uma vez que ela está intimamente conectada à capacidade discursiva e de articulação política do mandatário. Outra hipótese levantada é a de que o papel midiático no exercício da diplomacia presidencial possui um valor ímpar. A popularização de assuntos de política externa concedeu à mídia maior espaço para a construção da opinião pública e conseqüentemente contribuiu para a ideação da imagem presidencial.

O centro da análise crítica¹ desse trabalho é a relação entre a figura de Lula da Silva e o bem-sucedido *soft power* exercido por ele, uma vez que suas estratégias de política externa obtiveram êxito não somente pelo momento político e econômico favorável vivido no campo doméstico e internacional, mas também por sua personalidade carismática que o transformou em um líder global. Cabe aqui ressaltar que os estudos de Joseph Nye (2004) acerca de *soft power* serão o marco teórico deste trabalho, através da fundamentação dos conceitos de *hard*, *soft* e *smart power*. Outrossim, dialogaremos com a literatura especializada de Análise de Política Externa Brasileira, sobretudo aquela preocupada em compreender o papel da diplomacia presidencial, como Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007); Anderson Pinho (2016); Guilherme Casarões (2016); Paulo Roberto de Almeida (2016); Alessandra Preto (2006); João Duarte (2014); Júlia Vilas-Bôas (2011) e Hermes Júnior (2013).

A pesquisa a seguir é dividida em quatro capítulos, além desta introdução. Em um primeiro momento, faremos uma discussão teórica acerca das formas de exercício de poder propostas por Joseph Nye (2004). Na segunda seção buscaremos compreender quais os objetivos da política externa na era Lula e quais foram os meios utilizados na sua consecução. Aqui, analisaremos as alianças Sul-Sul, a formação do IBAS e a criação do BRICS, a aproximação com os países africanos e a adoção de uma estratégia de autonomia pela diversificação. Na seção seguinte, o artigo concentra-se em compreender como a trajetória pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, ex-metalúrgico e filiado do partidos dos Trabalhadores possibilitou uma maior intercessão entre ele e a sociedade civil, rompendo a

¹ Adotamos o termo “análise crítica” em seu sentido mais abrangente, para ressaltar o olhar crítico dedicado às informações contidas neste trabalho.

imagem de um presidente distante e personificando a imagem da própria nação. Aqui busca-se discutir como a imagem do Brasil, em muitos momentos, se confundiu com a imagem do próprio presidente e em que medida isso permitiu ao país maior espaço no cenário internacional. Em seguida realizaremos um balanço da diplomacia Lula da Silva acompanhado pelas considerações finais do trabalho onde buscaremos compreender em que medida os objetivos do governo Lula foram alcançados.

1. UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DOS CONCEITOS DE *HARD*, *SMART* E *SOFT POWER* E A SUA APLICABILIDADE NO BRASIL

É importante refletir sobre a continuidade presente na transição entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o governo de Lula da Silva, principalmente no que diz respeito à política externa. Apesar de buscarem objetivos similares - desenvolver o Brasil e conquistar autonomia externa -, os dois presidentes valeram-se de estratégias distintas. O primeiro recorreu a estratégias de autonomia pela participação e o segundo a estratégias de autonomia pela diversificação. Ambos os termos são cunhados pelos autores Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni e serão abordados ao longo deste trabalho (VIGEVANI E CEPALUNI, 2007).

Tanto Lula como Cardoso praticaram ativamente a chamada “diplomacia presidencial” que consiste na participação ativa dos chefes de Estado em negociações cruciais e nas resoluções de conflitos críticos, personificando o principal condutor dessas reuniões. A diplomacia presidencial diminui a dependência que o presidente costuma ter da instituição que o auxilia no exercício de política externa - no caso brasileiro, o Itamaraty - e intensifica sua presença em eventos internacionais (CANSON; POWER, 2009 *apud* PRETO, 2006). Em verdade, durante os governos de Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, as agendas presidenciais apresentaram um aumento significativo da participação internacional ativa e presencial dos presidentes, o que comprova que ambos exerceram papéis diplomáticos de forma ativa em seus governos.

Segundo a publicação do dia 4 de dezembro de 2010 do Jornal Folha de São Paulo, Lula e Cardoso gastaram, em média, 16% e 12%, respectivamente, de seus mandatos no exterior. Em comparação aos números referentes aos antigos governantes - Itamar Franco, 5%; José Sarney, 8%; e Fernando Collor de Mello, 10% - é possível observar um aumento significativo na agenda da diplomacia presidencial (FOLHA DE S. PAULO, 2010).

Para compreender em que contexto estratégico um presidente vale-se de diplomacia presidencial, seguiremos para a discussão acerca do *soft power*, tema abordado pelo professor norte-americano Joseph Nye. Segundo ele, no âmbito político internacional, existem 3 formas de se conseguir aquilo que almeja. São elas: 1) pagamento, incentivo financeiro ou ação beneficente destinada a alguém ou a um Estado; 2) coerção, indução de um ou mais indivíduos a realizar determinada ação por meio da força física e/ou psicológica, intimidação ou ameaça; e, 3) persuasão, utilização da cultura, das ideias e dos valores pessoais e domésticos para despertar empatia e convencimento no outro (NYE, 2004).

A diplomacia de cúpula, também chamada de diplomacia presidencial, nem sempre representa uma estratégia efetiva de *soft power*. Ou seja, não necessariamente a projeção internacional da imagem do presidente faz parte de uma estratégia bem sucedida de exercício do poder brando. Como exemplo podemos citar o uso maciço de mídias sociais pelo presidente norte-americano Donald Trump para assuntos externos, ferramenta esta que, embora recorrentemente utilizada, não tem sido capaz de alavancar o prestígio internacional do mandatário e de sua política externa. Em contrapartida, o prestígio e a popularidade das imagens de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva permitiram que ambos pudessem usá-la como ferramenta estratégica para a busca por autonomia, sobretudo no caso do segundo.

O *hard power*, ou “poder duro”, é caracterizado pela utilização de pagamento, coerção e utilização de recursos materiais em geral para alcançar o que se almeja, diferentemente da estratégia de *soft power*, ou “poder brando”, que se vale de recursos imateriais e subjetivos para auferir o que espera. É importante citar que existe uma contra-corrente liderada por expoentes do Realismo nas Relações Internacionais, tais como o ex-secretário de defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, acerca do uso de políticas de *soft power*. Segundo esta visão, acredita-se que a popularidade de um país é efêmera e que as decisões estratégicas não podem possuir um alicerce volátil (NYE, 2004).

Um dos exemplos mais icônicos do emprego de estratégias de *soft power* foi o posicionamento estadunidense durante a Guerra Fria, entre 1947 e 1991, período quando os Estados Unidos e a então União Soviética participaram de um conflito não armado pela disputa da hegemonia política, econômica e militar no mundo. Nesse período, os Estados Unidos conceberam o termo *american way of life* para exaltar o estilo de vida americano que possuía como principal pilar a ideia de liberdade. Emparelhado pela mídia, os Estados Unidos conseguiram difundir esse estilo de vida para os países socialistas com o objetivo de criar um imaginário comparativo entre esses dois povos.

O *american way of life* era impregnado pela ideia de que qualquer ser humano possuía a capacidade de ascensão econômica uma vez que trabalhasse o suficiente para isso. A liberdade econômica e o espírito competitivo criaram uma noção de “superioridade” política aos países democráticos e por isso a ideologia criada pelo *american way of life* é atribuída como uma das principais motivações da vitória estadunidense na Guerra Fria. Esse é um dos exemplos de como o *soft power* pode ser usado de maneira a beneficiar o país que o exerce. Por outro lado, cabe argumentar que a mesma ação estratégica, a depender da circunstância, pode prejudicá-lo. Por exemplo, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, foi um momento quando o exercício do *hard power* prejudicou a imagem estadunidense construída até então naquele país por meio do *soft power*.

É importante citar que *hard power* e *soft power* não são políticas que se anulam entre si. Uma política é entendida como bem-sucedida quando um país consegue alinhar *hard* e *soft power* em prol de um objetivo maior. Quando essa comunhão obtém sucesso é chamado *smart power*, conceito que denota o uso de persuasão somado à coerção e/ou pagamento para alcançar os interesses nacionais (NYE, 2004). No domínio estadunidense, berço onde nasceu essa discussão, é notável que o entendimento de *smart power* se dê majoritariamente em virtude do equilíbrio proporcional de *soft* e *hard power*, em decorrência do seu poder material expressivo.

Contudo, ao deslocar o foco dessa discussão para a realidade brasileira, é questionável se o equilíbrio funcional dessas duas maneiras de projeção de poder possui simetria. Cabe indagar se o uso assimétrico de *hard* e *soft power*, com maior peso para a forma *soft*, não seria a melhor definição para o *smart power* brasileiro.

Diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil, ao longo do século XX, desenvolveu uma imagem internacional marcada pela informalidade, pela tropicalidade, pelo futebol e pela música popular. Some-se a tais estereótipos, o baixo grau de participação militar do país no plano internacional quando comparado com as grandes potências. Tais imagens se assemelham ao que Sergio Buarque de Holanda descreveria como as raízes da brasilidade.

Em seu livro “*Raízes do Brasil*” (1934), o autor discute acerca da dificuldade do povo brasileiro em distinguir as relações familiares das relações públicas administrativas. Por essa razão, as relações que se estabeleciam no âmbito pessoal muitas vezes eram reproduzidas no âmbito público, explicando assim o que ele chama de cordialidade brasileira. Para Buarque de Holanda, o “homem cordial” não simboliza essencialmente a bondade, mas o aspecto comportamental afetivo, emotivo e caloroso, elementos que configurariam a aversão brasileira a formalidades hierárquicas. (HOLANDA, 2016)

Diante disso é possível argumentar que os traços sociológicos peculiares de nosso país dão margem para o exercício de uma espécie de *crafty power*, um *smart power* à brasileira. Nesse contexto, a palavra *crafty* significaria algo como “astuto”, perspicaz, uma menção à “malandragem brasileira” projetada na atuação diplomática. Essa forma de exercer poder valesse da brasilidade e do carisma como ferramenta para gerar influência e empatia no âmbito internacional.

Ou seja, Lula da Silva e sua equipe perceberam que, diferentemente da realidade americana onde *smart power* significa aliar proporcionalmente poder duro a poder brando, no Brasil seria necessário adotar estratégias de persuasão que não valessem demasiadamente de influência material, devido à deficiência armamentista do país, mas que contasse com o aspecto cordial brasileiro para gerar ativos de poder. Ou seja, enquanto nos Estados Unidos, berço dessas definições, *smart power* significaria adotar uma estratégia que equilibrasse o uso de *soft* e *hard power*, no Brasil a porcentagem de investimento em *soft power* deveria ser superior, em vista das circunstâncias do desenvolvimento histórico do país.

Durante o governo Lula o termo *crafty power* esteve presente em uma análise da revista norte-americana Newsweek (2009), que exaltou o bom momento econômico vivido pelo Brasil e chamou atenção para a perspicácia brasileira que, diante da ausência de requisitos materiais que o transformasse em uma potência global, utilizaria o seu vasto patrimônio cultural, assim como o carisma presidencial de Lula da Silva, na defesa de um maior protagonismo internacional para o país.

2. APONTAMENTOS E ANÁLISES DAS ESTRATÉGIAS DE *SOFT POWER* NA ERA LULA

Para fins de análise didática, a política externa dos países pode ser dividida em objetivos gerais, também entendidos como objetivos macros, e objetivos específicos, que são estratégias intimamente associadas aos primeiros. Durante seu governo, Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, com o apoio de sua equipe de colaboradores estabeleceram objetivos gerais e específicos para o país, levando em consideração as suas forças e fraquezas diante do cenário global daquela época bem como o legado econômico e político deixado por Cardoso (1995-2002). Aqui buscaremos analisar em que medida os objetivos específicos da política externa do governo 2003-2010 foram importantes pilares na busca pela consolidação do objetivo macro desse período.

Durante os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, é possível identificar a formação de um cenário internacional caracterizado por assimetrias de poder entre as nações. Ou seja, a nova hierarquia que se estabeleceu durante esse período prestigiava os países que obtiveram sucesso na segunda grande guerra, resultando em uma conjuntura econômica e política marcada pela desigualdade. Ao olharmos para o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), conjunto de organizações políticas, econômicas e sociais criadas após 1945, constatamos a liderança de Estados Unidos, União Soviética (posteriormente, Rússia), China, França e Reino Unido, vencedores do segundo conflito mundial.

Da análise da geopolítica do século XXI, Lula e Amorim apontaram para as expressivas mudanças ocorridas entre 1945 e 2008 e a não correspondência do arranjo político e econômico à ordem global contemporânea. Segundo suas observações, os países que fazem parte do Conselho de Segurança da ONU - aqueles que são majoritariamente responsáveis pela governança global – são reflexo de um contexto obsoleto e tornaram-se uma representação turva dos verdadeiros protagonistas do século XXI. Além disso, entendiam que a atuação e as cotas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, entre outras organizações que integram a engrenagem financeira global vigente, são responsáveis pela manutenção de uma centralidade de poder injusta que inviabiliza a democratização da governança global.

Em face da deficiência armamentista brasileira, o governo Lula valeu-se da auspiciosa particularidade que o país possuía perante às demais nações: seu *crafty power*. Desejava-se enfim enviar ao mundo o recado urgente da necessidade de uma alternativa ao atual modo de gerência global, que até então pautava-se na análise do grau de poder bélico e econômico do país com o objetivo de reconhecê-lo como potência. Diante disso, é possível apontar que a política externa do governo Lula teve como seu objetivo macro reformar a ordem internacional que foi estabelecida na década de 1940 e reivindicar maior protagonismo internacional ao país. Assim, entendia-se que o país representaria uma alternativa à popularidade de potências *hard power* no mundo. Acreditava-se que o reconhecimento de uma potência *soft power* representaria a esperança mundial em uma nova ordem global mais democrática e inclusiva dos países do sul.

Embora a diplomacia brasileira objetivasse reformar a governança global de forma a garantir mais voz aos países em desenvolvimento durante negociações internacionais, tornava-se imperativo a busca de parceiros com objetivos semelhantes. Será dentro deste contexto, que o país colocará em marcha a estratégia da autonomia pela diversificação. Em outras palavras, o Brasil aprofundaria o diálogo com os países do sul global, notadamente potências médias em

ascensão, assim como aqueles países em desenvolvimento que se sentiam mal representados no sistema internacional. Nesse sentido, o país apostaria no aprofundamento da integração regional sul-americana, na aproximação com Índia, África do Sul, China e Rússia – líderes em suas respectivas regiões -, e no estreitamento de relações com o continente africano.

Angola, Líbia, Moçambique e África do Sul foram os principais destinos de empresas brasileiras durante o governo Lula. Segundo dados de 2011, existem empresas brasileiras em vinte e dois países africanos, com ênfase na área de mineração e construção civil (VILAS-BÔAS, 2011). Sob o aspecto econômico, entende-se que um dos principais atrativos para os investidores brasileiros é a potencialidade de absorção do mercado africano para seus produtos e serviços. Uma das justificativas para isso são os aspectos culturais comuns a esses países.

Na Era Lula, a presença de empresas brasileiras em territórios africanos teve uma importante função não somente econômica mas também diplomática. Segundo o Instituto Lula, o presidente realizou 33 viagens ao continente africano durante o seu mandato. Esse indicador revela a assiduidade nesse continente comparado com Cardoso, seu antecedente, que realizou somente 6 viagens para a mesma região, segundo dados do IFHC (INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2017).

Durante os anos 2003-2010, foram realizados diversos investimentos em países africanos, dentre eles, a iniciativa do SENAI para a criação de centros de formação profissional. Além disso, o acordo para evitar a dupla tributação em transações realizadas com a África do Sul contribuiu para o sucesso da internacionalização de certas empresas. Cabe aqui citar os programas de treinamento de mão-de-obra local para a atuação em empresas brasileiras e a criação do Centro de Negociação em Luanda, no final de 2010, que serviria como intermediária no processo de abertura de empresas brasileiras na Angola e auxiliaria na elaboração de um plano de negócios focado no mercado angolano (VILAS-BÔAS, 2011).

Assim como a África do Sul, a Angola também recebeu significativos investimentos brasileiros. A Petrobrás foi a pioneira em aplicações financeiras na Angola, seguida pela Vale que também possui escritório em Luanda. Somam-se a essa listagem empresas atuantes em recursos naturais, empresas de entretenimento como a Rede Globo de Televisão e a Record, que se beneficiaram da aproximação entre Brasil e Angola e também do idioma comum entre os países para a transmissão de suas novelas para outro continente (VILAS-BÔAS, 2011). Sobre esse aspecto, cabe refletir sobre a exposição da cultura brasileira às regiões que eram destino de indústrias nacionais e o impacto dessa aproximação cultural para o sucesso das indústrias brasileiras na África.

Em Moçambique, destacam-se a atuação da Vale e da Odebrecht e a disputa por mercado das emissoras Globo e Record, assim como em Angola, pelo fato da língua materna comum e pela simpatia cultural² entre moçambicanos e brasileiros. Outro ponto relevante nas relações entre Brasil e Moçambique na Era Lula foi a criação da Central de Negócios Brasil Moçambique, criada por um moçambicano que apostou na potencialidade da união Brasil-Moçambique. (MOÇAMBIQUE PARA TODOS, 2011 *apud* VILAS-BÔAS, 2011)

Os investimentos citados acima representam não somente uma tentativa de aproximação com países que se assemelham econômica e culturalmente, mas também uma tentativa estratégica de promover a marca “Brasil” internacionalmente, como percebemos ser parte de sua estratégia principal. Segundo Amaral (2008) *apud* Vilas-Bôas (2011), a internacionalização de uma empresa envolve grandes desafios e um dos principais é a consolidação da marca em um mercado desconhecido.

Nesse sentido, a “marca País”, no caso a marca Brasil, é responsabilidade do governo. Sabe-se que o país de origem da marca que visa se instalar em um país estrangeiro possui influência significativa na simpatia ou desconfiança do público em relação ao produto ou serviço. Diante disso, é possível constatar que Lula realizou um excelente gerenciamento da marca Brasil no continente africano. Devido à sua presença carismática, assunto que iremos abordar em uma próxima seção, o líder foi capaz de despertar a empatia dos povos africanos, refletindo no sucesso da internacionalização empresarial brasileira e conseqüentemente impactando positivamente o setor financeiro dessas empresas.

Cabe aqui ressaltar que a internacionalização de empresas brasileiras para o continente africano teve como foco a exaltação de suas marcas no mercado, e não somente a abertura de franquias, que poderiam ser administradas por qualquer nativo daquele continente. Para alcançar a consistência de uma marca, muitas vezes se faz necessária a apresentação da cultura por trás daquele produto ou serviço. Isso sugere o interesse estratégico brasileiro em uma aproximação ideológica com esses países, superando uma relação meramente comercial.

A presença de marcas de beleza como O Boticário na Angola e na África do Sul sinalizam a tentativa de aproximação do conceito de beleza entre brasileiras e angolanas; assim como a abertura do curso de idiomas Fisk e Wizard na Angola faz refletir sobre a possibilidade do compartilhamento de visões acerca de culturas hegemônicas e estrangeiras.

² A aproximação cultural entre brasileiros e africanos se deu por diversas maneiras. Entre elas, intercâmbios de artistas como Gilberto Gil e Martinho da Vila que representaram a cultura nacional na África e foram bem recebidos. Em contrapartida, o Brasil também recebeu personalidades africanas, como a Mia Couto, que foi igualmente acolhida pelos brasileiros.

É importante salientar que grande parte do sucesso de internacionalização de empresas brasileiras para a África foi facilitado pela imagem carismática de Lula da Silva. Por compartilharem uma identidade semelhante, ferida por períodos de exploração e pelo limitado papel internacional que exercem, Brasil e África apresentavam potencialidades para uma associação promissora, que se concretizou durante a Era Lula. A estratégia de aproximação africana está relacionada com a busca nacional de parceiros que legitimassem o Brasil como líder dos países em desenvolvimento. Diante disso, convém refletir sobre a responsabilidade que a imagem de um líder carismático como ele teve para a efetivação da aliança com esse continente. Entendemos que outro presidente, que não Lula, não guardaria a simpatia necessária para essa aproximação. No próximo capítulo abordaremos as características pessoais de Lula que permitiram a ele ocupar esse lugar.

Ao comparar a relação econômica entre Brasil e África quando com as demais relações comerciais do Brasil, essa proximidade não possui tanta expressividade em relação a ganhos econômicos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as transações comerciais entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, doravante PALOP, representaram apenas 2% do fluxo comercial brasileiro (MDIC, BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS: BRASIL - ARGÉLIA, BRASIL-NIGÉRIA, PLANILHAS BRASH-2011, PÁGINA 1). Entende-se então que apesar da existência de interesses materiais, existiu também um ímpeto moral de caráter solidário em relação a uma região que historicamente compartilha uma identidade comum, possui o mesmo idioma e ao mesmo tempo é carente no aspecto desenvolvimentista.

Percebem-se ganhos para ambas as partes. Se por um lado o Brasil conseguiria apoio internacional, uma vez que angariou votos para projetos brasileiros na ONU, como a eleição dos embaixadores José Graziano para a agência de alimentação e agricultura e de Roberto Azevedo para a Organização Mundial do Comércio, por outro, os ganhos comerciais que foram gerados a partir dessa aproximação levaram à África a possibilidade de uma cooperação bilateral para o desenvolvimento dessa região, como a criação dos projetos citados a seguir.

Durante o seu governo, Lula realizou 33 viagens para o continente africano, participou da criação de 19 novas embaixadas brasileiras na região e do desenvolvimento de 40 projetos de cooperação bilateral. Além disso, impulsionou a instalação de um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Gana, a abertura da fábrica de antirretrovirais em Moçambique, a formação de uma fazenda-modelo para a produção de algodão no Mali e a institucionalização da Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), disponibilizando metade de suas vagas para alunos de origem africana (INSTITUTO LULA, 2017).

É importante ressaltar que as alianças com países em desenvolvimento tiveram seu início ainda no governo de Cardoso, quando o Brasil se aliou à África do Sul e à Índia na tentativa de reduzir os preços internacionais de medicamentos contra AIDS/HIV. Contudo, foi somente durante o governo Lula, por meio da Declaração de Brasília (2003), que se oficializou a criação do IBAS (aliança entre Índia, Brasil e África do Sul) ou G-3, que foi fundamental para a construção da nova postura brasileira – amigável e plural - em negociações internacionais ambientais, econômicas e de reformas sociais.

Posteriormente, como a evolução das alianças construídas no IBAS, a criação e formalização do BRICS é tida como mais um ponto relevante na política externa do governo Lula. O bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul tem como principal objetivo a construção de uma agenda internacional que abranja os interesses em comum desses países, sobretudo a reforma da governança global e um maior protagonismo por parte desses países nos assuntos globais.

A busca por parceiros para a concepção desse bloco guarda relações com o papel internacional desses países e com suas semelhanças. A emergência econômica da China, a atribuição histórica de liderança concedida à Rússia, o crescimento da Índia e a representação sócio-política da África do Sul sinalizam que a união desses países representaria a contestação do reconhecimento internacional dessas nações. A formação do BRICS é outro sintoma que expõe o desejo da política externa de Lula da Silva pela reforma da hierarquia global, e agora tendo como aliados não somente países sul-americanos, mas garantindo também o apoio de lideranças de outras regiões do mundo.

Outrossim, ao analisar o papel regional exercido pelo Brasil durante a Era Lula faz-se relevante observar a cooperação com outros países latinos, que durante seus oito anos de governo, segundo o Instituto Lula, receberam um total de 114 visitas do então presidente. Tais visitas resultaram em um aumento de quatro vezes no saldo comercial com a região, que em 2002 era de dois bilhões e em 2010 passou a ser oito bilhões (INSTITUTO LULA, 2017). Ao refletir sobre as inúmeras iniciativas tomadas pelo governo Lula na América do Sul é possível compreender que o Brasil se tornou o maior investidor desses países, patrocinando projetos que seriam fundamentais para o desenvolvimento dessa parte do globo. A Iniciativa América Latina continua vigente até hoje, abrangendo diversas instituições, entre eles a criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a UNILAB, a UNASUL e o MERCOSUL, que foi iniciado anteriormente. Além disso, entendemos que a assinatura da lei

11.161/2005 que tornava obrigatório o ensino de língua espanhola nas escolas brasileiras é também uma estratégia de aproximação brasileira com os países latinos.

A criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008 teve como objetivo promover a união política, econômica e social entre países da América do Sul, com ênfase nas esferas de educação, infraestrutura, energia, defesa, saúde e ciência (ITAMARATY, 2017). Ao analisar a atuação desse organismo na crise separatista do Pando (2008), no conflito entre Colômbia e Venezuela (2010) e no apoio ao Equador frente à rebelião de sua Polícia Nacional em 2010, é possível perceber o favorável grau de sucesso dessa iniciativa. No plano econômico, a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) representam mais um investimento para o fortalecimento e a integridade de países latino americanos. A coalizão com esses países representou a superação de interesses em ganhos individuais e a tentativa de uma ordem mundial mais plural e igualitária econômica e socialmente.

Em 2005, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) permitiu o financiamento de projetos de cunho estrutural e social com o objetivo de encurtar as diferenças entre seus países membros (MERCOSUL, 2017). Já em 2007, o Instituto Social do MERCOSUL inaugurou uma instância técnica para a criação de estratégias que consolidam a dimensão social como eixo central da integração entre seus países membros. Trata-se, portanto, de um projeto para apoiar a tomada de decisão no âmbito de políticas sociais, garantindo maior expertise de seus países membros nessa esfera (INSTITUTO LULA, 2017).

É importante salientar que desde o governo Sarney (1985-1990) o MERCOSUL foi situado como um tópico crucial no âmbito da política externa brasileira. Esse prestígio cedido ao tema foi mantido durante o governo Cardoso e já nos discursos eleitorais de Lula da Silva era possível perceber a importância que o então candidato pretendia dar à questão. Quando representante do Brasil, Lula concedeu ao MERCOSUL um propósito que foi além do apoio econômico, empenhando-se para que aquele bloco representasse para o mundo a potencialidade de cooperação entre os países da América Latina. Inicialmente, durante seu governo, o MERCOSUL seria mantido como uma estratégia de resistência frente às pressões econômicas exercidas por países hegemônicos. Lula idealizava no MERCOSUL um dos caminhos para concretizar a proposta brasileira de se tornar o porta-voz dos países em desenvolvimento perante o mundo.

A questão do grau de autonomia política tem ocupado um espaço central nos assuntos relacionados à política externa brasileira. A ideia de “autonomia pela participação”, defendida por Cardoso, preza por aderir ao regime vigente internacionalmente, ainda que esse possua

cunho liberal, sem perder a capacidade de gestão da política externa. Ao buscar esse tipo de autonomia, o país visa influenciar as regras que regem o sistema internacional.

Já durante os anos Lula, apesar da manutenção de uma postura multilateral – prezando pelo não-afastamento de hegemonias como Estados Unidos e União Europeia – a busca pela defesa da soberania nacional foi realizada de maneira mais enfática, utilizando-se a estratégia de “autonomia pela diversificação”, que investiu na variedade de parcerias - como a integração sul-americana, a aproximação com países africanos, as iniciativas em relação ao BRICS e ao IBAS e a atuação frente ao MERCOSUL - por acreditar que com a adoção dessa estratégia reduziria as assimetrias globais e aumentaria a capacidade de negociação internacional, resultando em um crescimento do protagonismo brasileiro frente ao mundo (CEPALUNI E VIGEVANI, 2007). É importante grifar que a responsabilidade por temas universais não foi ignorada, mas passou a dividir espaço com ações diplomáticas ativas que exploravam a figura do líder petista com o objetivo de diversificar parcerias para alcançar uma justa proporção de vozes na arena global. Amorim aponta precisamente a forma de liderança almejada pelo governo Lula:

Às vezes nos perguntamos se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes [...] de respeito ao direito internacional, de busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la (AMORIM, 2003a, p.77).

Em outras palavras, demonstra-se claramente a importância da abertura de um espaço mundial para o exercício de uma liderança caracterizada pelo *soft power* evidenciando a busca do Brasil por ocupar esse local de protagonismo.

É inegável que o antecedente de Lula da Silva, Cardoso, preparou muito bem - principalmente no tangente à economia - o terreno que permitiu a Lula reivindicar um novo patamar para o Brasil frente ao mundo. O Plano Real proposto por Cardoso e continuado pelo líder petista proporcionou a mínima estabilidade econômica necessária para as manobras rumo à realização do seu plano político.

No entanto, cabe ponderar sobre a possibilidade de outro líder, que não uma figura carismática, ser capaz de executar o projeto proposto por Lula e sua equipe. Argumentamos

aqui que a estratégia adotada em política externa pela administração Lula só foi capaz de ser realizada devido ao carisma presidencial aplicado à atuação diplomática.

O planejamento de Lula e Amorim para o Brasil, em seu objetivo macro, foi a tentativa da criação de uma imagem nacional que representasse uma potência alternativa às potências atuais, que historicamente valem-se de *hard power* para gerar influência. Por meio das estratégias de diversificação de parcerias e das cooperações sul-sul, o governo Lula empenhou-se em apresentar ao mundo uma nova forma de ser potência: mais cooperativa, humana, empática e, principalmente, mais cordial.

A meta macro almejada pelo líder petista e sua equipe guardava uma íntima relação com a imagem que o país pretendia vender no exterior e esse retrato por vezes confundia-se com a própria figura do presidente, que personificava o “homem cordial”, citado por Sérgio Buarque de Holanda (1936). Em verdade, o ícone de brasilidade e confiança encarnado por Lula foi o principal mecanismo utilizado, ao nosso ver, para o sucesso acima da média de sua diplomacia presidencial.

Cabe aqui salientar a espontaneidade no discurso do líder petista em reuniões, eventos e viagens internacionais. Isso permitiu maior proximidade com outros líderes globais, como Barack Obama e Vladimir Putin e tornou-se reconhecida a boa relação entre Lula e os outros chefes de Estado e de governo. Em artigo, Amorim aponta que Lula realizou 56 viagens internacionais durante seu governo (visitando 35 diferentes países) e recebeu 52 visitas de chefes de Estados e de governos, provenientes de 39 nações (AMORIM, 2005, p.1). Essa proximidade também compõe a estratégia macro do petista na busca por um intercâmbio cultural e pela projeção da imagem nacional no exterior.

Apesar dos feitos discutidos nos parágrafos acima, cabe ressaltar os aspectos que foram alvo de críticas pelos autores liberais e analistas da área. Ao analisar os estudos do escritor e diplomata Paulo Roberto de Almeida (2016) é possível apontar críticas à política externa do líder petista. Uma das mais afirmativas é a exposição excessiva da imagem do Itamaraty, que raramente protagonizava polêmicas políticas ou embates eleitorais até os anos governados por Lula, quando, segundo Almeida, a diplomacia brasileira começou a ingerir em assuntos internos de outros países, como por exemplo no apoio a candidatos bolivarianos, indo contra o exercício ético do Itamaraty.

Outrossim, segundo Almeida, na Era Lula houve intensificação do protecionismo comercial, visto como um exagero negativo para autores liberais, que acreditavam no livre comércio como a principal saída para a economia brasileira naquele período. Outro viés fortemente questionado em sua diplomacia foram as parcerias com os países do Sul, que são

indagadas pelo seu caráter pouco estratégico e altamente ideológico. Tais alianças são desaprovadas por autores liberais por favorecer parceiros “anti-hegemônicos”, ou seja, fora do eixo norte-europeu, contrastando a posicionamentos históricos do Itamaraty. Nesse sentido, aponta-se certa ingenuidade petista na tentativa de um equilíbrio de poder no âmbito global. Segundo Almeida (2016, p3), “a tentativa de uma nova geografia do comércio internacional culminou em resultados frustrantes e patéticos diante da comunidade internacional.”

A tentativa de deturpação do objetivo original do Mercosul também é um assunto apontado pelos críticos. A proposta de abertura econômica entre os países do cone sul, segundo críticos, foi convertida em um empreendimento pessoal para alavancar a imagem do líder petista e de bolivarianos, ao mesmo tempo em que se ignoravam as violações contra aquele que era o princípio básico deste projeto: o livre comércio (ALMEIDA, 2016).

A Diplomacia Presidencial exercida por Lula, outrossim, sofreu severas críticas pela falta de registro nos arquivos do Itamaraty acerca do processo decisório do então presidente (ALMEIDA, 2016 p.3). Além disso, ele é acusado por criar um círculo restrito para tomada de decisão, ignorando a atuação histórica do Itamaraty, que possivelmente não teria apoiado uma série de decisões petistas, como o apoio a candidatos bolivarianos e a intromissão em assuntos internos venezuelanos.

Segundo Almeida, o governo de Lula deixou graves lacunas na política externa brasileira, devido à ausência de registros acerca da gerência de determinados projetos, como por exemplo a suspensão do Paraguai do Mercosul sem a observância do Protocolo de Ushuaia ou a admissão da Venezuela neste mesmo bloco ainda que o país não cumprisse os requisitos à sua adesão (ALMEIDA, 2016 p.3). Assim, os historiadores dificilmente conseguirão desvendar uma série de acontecimentos e justificativas que rodeiam a política externa brasileira entre os anos de 2003 e 2010, deixando as gerações futuras órfãs de parte importante de sua história.

Embora consideradas tais críticas, é primordial ter em vista que para a execução do planejamento da reforma política internacional, Lula utilizou-se de estratégias de cooperação com países do sul global tendo como objetivo legitimar o Brasil como o líder dos países em desenvolvimento e torná-lo o porta-voz desse setor. Assim ocuparia um lugar de protagonismo global e revelaria ao mundo a possibilidade de representar uma “potência doce”, termo utilizado pelo então ministro da cultura Gilberto Gil para se referir à importância do aspecto cultural brasileiro. Em suas palavras, ele ressalta a relação entre cultura e economia e destaca o papel governamental no fomento ao desenvolvimento cultural:

O Brasil é uma potência doce de cultura. Isso se deve à sua diversidade étnica, sua grande dimensão territorial, seu protagonismo na Ibero-américa e sua inserção mundial (...) a arte contemporânea que é feita no Brasil é cada vez mais apreciada como cultura e como valor de mercado, e ao governo brasileiro interessa muito ter um papel de colaboração e de ajuda para fomentar o desenvolvimento dos processos dessa cultura (...) a dimensão econômica da cultura é irrecusável (Gilberto Gil para O Estadão e para o Jornal Tribuna, 2008).

Tais afirmações foram feitas em uma visita à Feira Internacional de Arte Contemporânea de Madrid em 2008, onde o Brasil foi homenageado (ESTADÃO, 2008; TRIBUNA, 2008). Diante disso, resta reconhecer que a figura carismática de Lula da Silva teve enorme importância para o sucesso de seu planejamento político, uma vez que sua imagem foi capaz de gerar a confiança e o magnetismo necessário para afirmar as potencialidades brasileiras.

Em suma, os objetivos específicos perseguidos pelo governo Lula foram: o aprofundamento da integração regional sul-americana, a aproximação com países africanos e a criação de alianças com países em desenvolvimento por meio do IBAS, do BRICS e do Mercosul. Esses movimentos fizeram parte da busca por um objetivo macro: reformar a governança global de forma a permitir maior protagonismo brasileiro na esfera internacional.

3. A IMAGEM DE LULA E O ITAMARATY

Os principais apoios para a construção da forte imagem de Lula da Silva foram não somente os esforços da sua equipe de marketing, mas também a sua própria trajetória pessoal. A história de vida de Lula permitiu a criação de um imaginário nacional que enxergava nele as características necessárias para se tornar um líder popular. Após três derrotas em eleições anteriores, Lula da Silva foi eleito como o primeiro presidente a ter sua trajetória marcada pelo trabalho nas fábricas. Ele então assumiu a responsabilidade de representar a classe da qual originou-se: a classe trabalhadora. Cabe ressaltar que não foi somente no âmbito eleitoral onde a figura representada por ele teve força e importância capaz de alterar a conjuntura vigente. Durante o seu governo, sua atuação internacional resultou na modificação da imagem do Itamaraty, que tradicionalmente possuía um caráter impessoal e institucional. Essas características eram coerentes com mandatos anteriores, cujos presidentes advinham de classes

abastadas, porém contraditórias à Era Lula, momento marcado pela imagem popular do presidente.

A imagem elitista do Itamaraty, antes um órgão distante das classes populares, precisou adaptar-se para coexistir com a imagem do governo Lula. Durante sua gestão, tornou-se possível às classes mais populares o sonho de tornar-se diplomata. A imagem do MRE passou por um processo de mudança, no sentido de ilustrar o momento de democratização vivido por esse órgão, acompanhando a imagem popular do presidente.

Nascido no interior de Pernambuco, onde a cada dez crianças nascidas duas morriam antes de completar um ano, filho de um casal de lavradores analfabetos, Lula da Silva enfrentou a seca, a fome e o latifúndio. Ao mudar-se para São Paulo, conheceu o desemprego e a violência. Lula viveu o que é a realidade para a maioria dos brasileiros que nasceram em um mundo que estava condicionado aos interesses do vencedor da Guerra Fria (LULA, 2018). Tendo sua origem na classe em que se propôs a representar, Lula da Silva desafiou a tradição da política externa brasileira ao incentivar a pluralidade na Casa de Rio Branco.

Sabe-se que desde a implementação da república no Brasil, o Itamaraty atua como órgão responsável no auxílio à Presidência da República em assuntos pertinentes à política externa nacional. Em decorrência da diplomacia presidencial, ensaiada por Cardoso e intensificada na Era Lula, houve certa diminuição do protagonismo concedido ao Itamaraty em assuntos internacionais. Apesar da Casa de Rio Branco continuar a ser o principal órgão especializado em assuntos internacionais, durante o governo Lula houve maior disposição em incorporar novos diplomatas, oriundos de classes populares.

Historicamente, o Ministério das Relações Exteriores é composto por profissionais que, em sua maioria, vêm de classes abastadas, dado o nível de dificuldade da prova de seleção. Em verdade, o próprio processo de ingresso à instituição, organizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) desde 1946, sofreu severas críticas pelo caráter subjetivo da correção das provas e pela abordagem de temas que são habituais às classes mais altas e pouco familiar à maioria da população, como por exemplo, a exigência ao redor do domínio de artes eruditas, tais como a música clássica e artes plásticas estrangeiras (BBC, 2014 e FOLHA, 2001). Além da exigência de um alto nível de conhecimento em geografia, história, português, política internacional, direito, economia e línguas estrangeiras, a exigência de temas extraordinários, como os supracitados, obriga a maioria dos candidatos a financiarem cursos pouco acessíveis à maioria da população, reafirmando o caráter elitista da instituição (BBC, 2014). A presença de Lula da Silva, representante da classe trabalhadora, levou consigo mudanças institucionais

significativas ao MRE, dentre elas a necessidade de um olhar crítico sobre o perfil de seus ingressos.

Durante o seu governo, houve a maior inflexão imagética que o Itamaraty jamais sofrera ao longo de sua história. A casa, que então abrigava os frequentadores das mais renomadas escolas do país e pertencentes da elite econômica, passou por transformações, como a implementação de políticas de cotas e a oferta de bolsas de auxílio, que diversificaram o perfil dos ingressantes. Como afirmou o embaixador José Estanislau do Amaral Souza Neto, diretor-geral do IRBr “A carreira no Itamaraty se tornou mais democrática nos últimos anos (...) agora temos candidatos aprovados não só do Sudeste, mas do Brasil inteiro (...) além disso, pelo terceiro ano consecutivo, reservamos 20% das vagas para negros” (ITAMARATY, 2017).

Além das mudanças no processo de seleção, a diplomacia pública exercida por Lula da Silva foi outro fator de transformação na tradição do Itamaraty. Durante seu governo algumas instituições federais, como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Caixa Econômica Federal, entre outras, tiveram a sua atuação estendida a países do mundo em desenvolvimento, como a Venezuela, que recebeu empreendimentos da ABID e financiamento em infraestrutura da Caixa Econômica Federal, além da Inglaterra e do Uruguai, que receberam escritórios do BNDES para a captação de projetos (LOPES, 2013). Outrossim, o termo “horizontalização da política externa” foi amplamente discutido durante a gestão de Lula da Silva, isto porque nesse período mais de 90% dos ministérios possuíam departamentos especializados em assuntos internacionais (LOPES, 2013). Tal dado ratifica o empenho do então presidente no emparelhamento estratégico para a preparação das instituições de Brasília para o plano de alcance de um novo patamar para o Brasil no mundo.

Assim como as demais iniciativas de seu mandato, como a aproximação de países africanos e o estímulo à cooperação Sul-Sul, a política de incentivo à diversificação dos diplomatas do MRE também gerou *soft power*. O discurso da diversidade, da pluralidade e da democratização que alicerçou o processo de mudança imagética do Itamaraty, era coerente com a nova ordem política pleiteada pelo Brasil no plano internacional, que almejava maior pluralidade. Isso contribuiria para a construção da imagem nacional como um país não somente líder dos países em desenvolvimento, mas também exemplo de regime político progressista.

Se em países europeus a flexibilização do perfil dos diplomatas causaria estranhamento, no Brasil essa estratégia foi bem-sucedida. A presença de diplomatas que representassem a diversidade da população brasileira, e que não somente fossem a representação da elite brasileira, foi um dos legados do governo Lula.

Porém, as políticas que permitiram a diversificação do MRE não escaparam de críticas. Dentre elas, a acusação de desautorização ao Itamaraty durante o golpe parlamentar ocorrido no Paraguai no ano de 2012 que resultou na saída do então presidente Fernando Lugo e na interrupção da participação paraguaia no Mercosul. Nessa ocasião, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, foi quem argumentou em nome da diplomacia brasileira, gerando desconforto entre os diplomatas da casa. (LOPES, 2013)

Outra crítica sofrida, foi a acusação por parte daquele que foi um dos ministros das Relações Exteriores durante o governo Cardoso, Luiz Felipe Lampreia. Ele afirma que houve excesso de partidarismos e de ideologizações nas relações internacionais estabelecidas durante a Era Lula (LOPES, 2013). Acrescida à acusação de Lampreia está a afirmação do embaixador Rubens Ricupero, que afirma:

De um lado, fatores como a estabilização econômica e política do país, em curso desde a redemocratização, ampliaram naturalmente a inserção do Brasil no cenário mundial. De outro, ainda que bem-sucedido em aproveitar esse capital político, o governo Lula parece tender a um estilo carismático e ideológico em suas ações de política externa, colocando em risco o caráter necessariamente institucional e impessoal da diplomacia (RICUPERO, 2013 para Revista Insight Inteligência).

Em suas palavras, Ricupero evidencia que os acertos do então presidente estavam alicerçados pelo legado de seus antecessores (LOPES, 2013).

Em entrevista a Dora Kramer para o jornal O Estado de São Paulo na edição do dia 29 de maio de 2009, Celso Amorim rebate as críticas sofridas e afirma que o exercício de política externa não é uma repetição sempre igual, e não tem como base sempre os mesmos princípios. Ele defende que, como todo assunto de caráter político, requer adaptações ao seu tempo, às circunstâncias e às necessidades dos governos. Ao referir-se às necessidades, Amorim levou em consideração uma das principais estratégias do governo Lula, a de alavancar o Brasil internacionalmente, que estava intimamente associada à conduta do Itamaraty.

Durante o seu governo, a imagem de Lula da Silva foi fundamental para o sucesso de sua diplomacia presidencial. Em 2010 ele entrou na lista da revista *Time* como uma das 100 personalidades mais influentes no mundo (TIME, 2010). O documentarista Michael Moore explica a presença de Lula nesse ranking justificando que o que ele almejava para o Brasil era o mesmo que os americanos costumavam chamar de sonho americano (BBC, 2015). Após deixar seu mandato como presidente, Lula recebeu 26 prêmios internacionais. Dentre eles, a

medalha “Knowledge Advancing Social Justice”, entregue pela Universidade Brandeis em 2014, nos Estados Unidos, como reconhecimento pelo trabalho do ex-presidente para redução da pobreza (INSTITUTO LULA, 2014). Além disso, em 2008 a Unesco concedeu a Lula o Prêmio para a paz; no Fórum mundial de Davos, em 2010, recebeu o reconhecimento como Estadista Global; em 2009 foi eleito o Homem do Ano pela revista Le Monde e, no mesmo ano, como Personalidade do Ano pelo El País. Em 2013 recebeu o Prêmio Interamérica, que destacou as grandes personalidades das Américas no âmbito do respaldo ao Ensino Superior e o desenvolvimento de laços culturais entre as diferentes nações nas Américas (INSTITUTO LULA, 2013).

Outrossim, como forma de reconhecimento pelo sucesso de seu governo em reduzir a pobreza e promover a combinação de inclusão social com desenvolvimento econômico, em 2011 Lula da Silva recebeu o prêmio Norte-Sul de direitos humanos, concedido pelo Conselho da Europa. A entidade reúne 47 Estados do continente europeu e homenageia uma personalidade do “Norte” global conjuntamente com uma do “Sul” global. Na esfera nacional, em 2014 recebeu o Prêmio Apex-Brasil na categoria “Promoção da Imagem do Brasil no Exterior” por suas contribuições ao comércio exterior brasileiro (INSTITUTO LULA, 2014).

Um dia após a divulgação de uma pesquisa feita pelo Ibope de que seu governo alcançara 69% de aprovação, a revista americana Newsweek publicou em 2009 uma reportagem afirmando que Lula da Silva seria o presidente mais popular do planeta. Ressaltando sua presença como “a maior estrela” da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que aconteceria dois dias após a publicação. Na reportagem, o autor afirma as seguintes palavras:

"As câmeras podem focar na personificação do americano descolado, Barack Obama, ou nos autocratas exibicionistas e despeitados como o iraniano Mahmoud Ahmadinejad e o venezuelano Hugo Chávez, mas a maior estrela disponível será o duro, barbado e ex-torneiro mecânico" (NEWSWEEK, 2009, tradução livre)

Além disso, ele ainda ressalta a origem de Lula, mencionando o “longo caminho do faminto Nordeste brasileiro até a sala da Assembleia Geral das Nações Unidas” e completa que Lula agora representa o líder de uma potência regional e um porta-voz autodesignado para as nações emergentes de todo o mundo (NEWSWEEK, 2009, tradução livre).

Ainda durante seu governo, Lula da Silva recebeu a indicação para o cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas, o posto mais alto da diplomacia presidencial. Uma das principais justificativas para a indicação ao cargo foi a capacidade do ex-presidente em

manter relações amigáveis com grande parte dos líderes mundiais, desde China até Estados Unidos, Irã e Israel (TIME, 2010). A indicação é uma evidência de que o carisma de Lula foi relevante para as conquistas desse presidente na arena global. A figura que carregava consigo traços peculiares da própria cultura brasileira, como improvisação, graça e espontaneidade, traços que eram evidentes na atuação internacional de Lula, foi fundamental no momento de promoção da imagem brasileira no exterior para reivindicar maior protagonismo do Brasil no cenário internacional.

Lula da Silva teve o fôlego necessário para promover internacionalmente o Estado brasileiro. Seja por meio de viagens de alto perfil político, por meio da promoção de missões empresariais – principalmente a países da América Latina e África – ou pela coragem de reformar o elitismo do Itamaraty, Lula se tornou presença em manchetes de todo o globo e em um encontro com Barack Obama, em abril de 2009 durante o G20, recebeu o título de “o cara”. Nas palavras de Obama “*he is the guy!*”. A capa da revista brasileira Carta Capital, do dia 02 de dezembro de 2009, estampou a imagem do então presidente sob a legenda “Personagem do mundo”, reafirmando o seu talento nos assuntos internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de “autonomia pela diversificação”, utilizada por Lula da Silva para gerar *soft power* esteve intimamente ligada à maneira bem-sucedida como esse presidente desenvolveu a sua diplomacia presidencial. A construção de sua imagem como um líder carismático acompanhado pelo processo de popularização da política externa, foram primordiais para a conquista dos objetivos macro de seu governo no âmbito internacional.

A principal meta do governo Lula em política externa foi alavancar a imagem do Brasil internacionalmente, reivindicando uma nova ordem global que reconhecesse os países em desenvolvimento. A projeção da imagem nacional foi efetiva por alguns motivos, dentre eles, a maneira com que o próprio Lula conquistou a simpatia de grandes lideranças mundiais, como Obama e Sarkozy. Soma-se a isso a conquista do reconhecimento internacional de suas políticas domésticas para a erradicação da pobreza e também o momento favorável que o Brasil vivia economicamente. Lula da Silva representou o homem cordial brasileiro na sua face externa, quando durante reuniões internacionais era capaz de promover um clima pacífico e amistoso, ainda que entre países inimigos. Avesso a grandes formalismos, Lula então demonstrava que o

Brasil carregava consigo um recado para o mundo: de que a cordialidade, a simpatia e o carisma eram uma alternativa às diplomacias tradicionais, protocoladas e burocráticas.

A aproximação com o mundo em desenvolvimento e o incentivo à cooperação sul-sul foram estrategicamente realizados com o intuito de unir os países do sul global para que suas reivindicações internacionais ganhassem força e respaldo. A aproximação do MRE e as mudanças em sua política de ingresso foram importantes no sentido de ilustrar a possibilidade de novas vozes emergirem nas negociações internacionais.

No âmbito global, ele almejava para o Brasil um lugar de fala com maior autonomia e na esfera doméstica buscou democratizar o acesso ao cargo de diplomata, de modo a colocar em prática internamente aquilo que se almejava na arena internacional. No entanto, ao analisar a diferença de gêneros daqueles que ingressaram na carreira diplomática nos anos Lula, é possível identificar uma diferença exorbitante. Enquanto os homens ocuparam 75,3% do espaço da casa, as mulheres tiveram uma pequena representação, de 24,7% (GOBO, 2017). Ainda que o percentual tenha aumentado, sendo esse de 16,8% no governo Cardoso, os incentivos a diversificação de gênero do governo Lula não obtiveram resultados expressivos nesse sentido.

O Ação Afirmativa, programa de incentivo ao ingresso de negros ao Itamaraty, criado em 2002, até o ano de 2014 teria concedido 594 bolsas para 354 bolsistas, dos quais apenas 21 foram aprovados no exame de seleção. Isso representa 6% de aproveitamento (MRE, 2015). Diante disso, cabe refletir sobre a efetividade da inovação trazida pelo discurso democrático de Lula da Silva. A sugestão de mudança trazida pelo então presidente, referente a democratização do acesso ao Itamaraty é, até então, inédita no cenário nacional e garantiu medidas e mudanças nas regras de recrutamento à instituição, contudo não foi capaz de transforma-la de forma substantiva.

Os resultados da política externa da Era Lula também passaram pela diversificação e o crescimento do comércio exterior brasileiro. O fluxo comercial que o Brasil possuía com parceiros antigos, como os Estados Unidos e a Europa manteve-se, assim como com aqueles que antes representavam uma pequena parte das trocas comerciais brasileiras. O trânsito comercial com o Mercosul passou de 10 para, aproximadamente, 50 bilhões de dólares. Com a União Europeia foi ainda maior, indo de 29 para 98,5 bilhões (INSTITUTO LULA, 2014). Ainda sob o aspecto financeiro, é possível afirmar que os ajustes da política externa brasileira que culminaram na criação do BRICS, possibilitaram uma menor dependência financeira dos Estados Unidos, ainda que tal vínculo permaneça. Cabe aqui ressaltar que durante a Era Lula houve crescimento do comércio exterior não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, o que

abre margem para questionar se o momento econômico vivido pelo Brasil no governo Lula foi de fato mérito do seu mandato ou foi reflexo de um movimento global mais abrangente.

Durante o governo Lula, na esfera esportiva, foi pleiteada a organização de grandes eventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. O sucesso desse esforço culminou em alguns ganhos nacionais. Durante a Copa, 36 empreendimentos foram realizados em mobilidade urbana, beneficiando 11 cidades do país. Os jogos da Copa, em 2014, trouxeram mais de um milhão de estrangeiros oriundos de 202 países e possibilitou a circulação de três milhões de brasileiros entre os meses de junho e julho daquele ano. Os aeroportos movimentaram 17,8 milhões de pessoas e os portos nacionais receberam 6.250 passageiros. Em segurança e telecomunicações, os investimentos também foram expressivos (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Por outro lado, se fazem necessários certos questionamentos acerca dos reais benefícios nacionais angariados com tais eventos que foram arduamente negociados por Lula. Durante a Copa do Mundo, houve um incentivo de mais de R\$8 bilhões, valor que supera os investimentos realizados pela África do Sul e Alemanha juntas nesse mesmo período (EL PAÍS, 2013). As críticas passam pela construção de estádios que se tornaram subutilizados após os eventos e da criação de dívidas públicas que levarão décadas para serem quitadas. Ademais, cabe ressaltar que a carência de investimentos nacionais, principalmente nas áreas de saúde e educação, foi alvo de críticas e questionamentos nessa época, resultando em diversas manifestações populares. Sabe-se que um dos principais objetivos do Brasil ao sediar tais megaeventos foi a consolidação de uma “marca” global sólida. Nesse sentido, não foi possível muito mais do que a reafirmação de estereótipos, dentre eles a imagem de um país que “sabe festejar”, uma “nação decorativa”. Ainda que a Copa e a Olimpíada tenham naturalmente aumentado a projeção nacional brasileira, para parte da imprensa internacional, o encerramento da cobertura foi apontado como um “retorno a dura realidade de impeachment e recessão” (FOLHA, 2016).

Ao comparar a política externa de Lula da Silva à política de Cardoso, é possível afirmar que houve elementos de “mudança dentro da continuidade” (LAFER, 2001 apud CEPALUNI E VIGEVANI, 2007) uma vez que essencialmente suas políticas não se distanciaram das políticas existentes no Brasil tradicionalmente. Apesar de as ideias e estratégias para lidar com os problemas e os objetivos traçados por Lula terem se diferenciado dos demais governos, o princípio historicamente assentado na ideia de que a política externa serve como instrumento para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente para a ampliação da autonomia do país, foi mantido.

As metas traçadas pelo governo de Lula da Silva foram audaciosas e carregavam consigo o espírito democrático aspirado pelo país. No entanto, sabe-se que dificilmente um governo consegue alcanças todos os objetivos almejados. A tentativa de reformar a governança global por meio da democratização da ONU, da OMC, do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições de poder internacional não obteve os resultados esperados. Por outro lado, cabe ressaltar que nesse período o país de fato conquistou maior projeção global, o que resultou na eleição de altos funcionários em importantes organizações internacionais, como a própria OMC e a FAO, regiões antes pouco exploradas, e a criação de uma governança global paralela, ainda que incipiente, traduzida na organização dos BRICS, que representou o principal legado do governo Lula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do lulopetismo diplomático a uma política externa profissional. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 2006. Disponível em: < <http://www.mundorama.net/?p=19265>>. Acesso em 22 jun. 2017.

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. 1 ed. São Paulo: BENVIRÁ, 2012. 168 p.

BBC. No exterior, Lula já não é ‘o cara’, mas ainda é respeitado por legado social. Ruth Costas, São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150811_lula_imagem_ru>. Acesso em 25 nov. 2017.

BBC. Prova de seleção para diplomata revolta candidatos. João Fellet, Brasília, 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_itamaraty_selecao_diplomatas_pa_i_jf>. Acesso em 27 set. 2017.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, **Viagens internacionais – 1º mandato**. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato>>. Acesso em 06 dez. 2017.

CNPQ, 2017. Fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul. **Declaração de Brasília**, 2003. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/7745fcb0-5759-4edc-b8b2-8a1e81c2a9fc>>. Acesso em: 09 out. 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Em Madri, Gilberto Gil diz que Brasil é 'uma potência doce'. O **Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 fev. 2008. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,em-madri-gilberto-gil-diz-que-brasil-e-uma-potencia-doce,124032>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

EL PAÍS. Brasil chega à Copa de 2014 como campeão de gastos em estádios. **El País**. São Paulo, 30 nov. 2013. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/25/economia/1385384409_505409.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Concurso de diplomacia exige de música a economia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 jan. 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u2264.shtml>>. Acesso em 27 nov. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Jogos consolidam a imagem do Brasil como país decorativo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1805961-jogos-consolidam-imagem-do-brasil-como-pais-decorativo.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GEVERNO Federal, 2015. Cidadania e Justiça. **Copa das copas deixa legado histórico para o país**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2015/06/copa-das-copas-deixa-legado-historico-para-o-pais>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GOBO, Karla. **Da exclusão à inclusão consentidas: negros e mulheres na diplomacia brasileira**. In: Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 9, Montevideo, 2017. Anais 56 eletrônicos... Montevideo: ALCP, 2017. Disponível em: <<http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjIzODkiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNTEyY2JiMThkYTQwZDY4NDViYjRlYjIhZmQ1MmliO30%3D>>. Acesso em: 14 nov 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1 ed. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2016. 520 p.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2017. **Viagens oficiais de Fernando Henrique Cardoso 1995-2002**. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/jsp/doctosApoio/8/viagens_1995_2002_alfa.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

INSTITUTO Lula, 2013. **Lula recebe medalha de Universidade americana por combate a pobreza**. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/lula-recebe-medalha-de-universidade-americana-por-combate-a-pobreza>>. Acesso em 01 nov. 2017.

INSTITUTO Lula, 2017. **Iniciativa América Latina Por uma América Latina verdadeiramente integrada**. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/america-latina/iniciativa>>. Acesso em 27 nov. 2017.

INSTITUTO Lula, 2013. **Lula recebe o prêmio Norte Sul do Conselho da Europa**. Disponível em <<http://www.institutolula.org/lula-recebe-o-premio-norte-sul-do-conselho-da-europa-2>>. Acesso em 01 nov. 2017.

INSTITUTO Lula, 2013. **Lula recebe o prêmio interamérica 2013**. Disponível em <<http://www.institutolula.org/lula-recebe-o-premio-interamerica-2013>>. Acesso em 04 dez. 2017.

INSTITUTO Lula, 2013. **Prêmio Apex-Brasil: Lula é homenageado por contribuição ao comércio exterior brasileiro**. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/lula-e-homenageado-por-contribuicao-ao-comercio-exterior-brasileiro>>. Acesso em 03 dez. 2017.

ITAMARATY, 2017. Outras Autoridades – Entrevistas. **“Quer ser diplomata? Veja o perfil de quem passa no concurso”** (Exame, 06/07/2017). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-entrevistas/16784-quer-ser-diplomata-veja-o-perfil-de-quem-passa-no-concurso-exame-06-07-2017>>. Acessado em 30 nov. 2017.

JR, Hermes Moreira. A plurilateralização da Política Externa Brasileira e os desafios impostos pelo Multilateralismo Pragmático. **Boletim Meridiano**, v. 47, n. 14, p. 3-9, jul.-ago. 2013. Disponível em <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=11534>>. Acesso em 12 set. 2017.

MERCOSUL, 2017. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

LOPES, Dawisson Belém. **Diplomacia de Macacão. A classe operária vai ao Itamaraty**. Insight Inteligência, 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.com.br/pdfs/60.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017. **União das nações sul-americanas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MRE. **Programa de ação afirmativa**. 2015. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/ptbr/programa_de_acao_afirmativa.xml>. Acesso em: 10 dez. 2017.

NEWSWEEK. How Brazil became a superpower. **Newsweek**, Nova York, U.S. edition, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/how-brazil-became-superpower-77587>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

NEWSWEEK. Brazil's Lula: The most popular politician on Earth. **Newsweek**, Nova York, U.S. edition, set. 2009. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/brazils-lula-most-popular-politician-earth-79355>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means To Success In World Politics**. 1 ed. Estados Unidos da América: PERSEUS BOOKS, 2005. 191 p.

PINHO, Anderson Gaspar Inácio. **De Cardoso a Lula: um balanço da diplomacia presidencial no Brasil**. Universidade de Brasília, v. único, n. único, mar. 2016. Disponível em <<http://bdm.unb.br/handle/10483/17393>>. Acesso em 15 set. 2017.

PRETO, Alessandra Falcão. O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa. In: PRETO, Alessandra Falcão **Análise do Conceito de Diplomacia Presidencial**. São Paulo, 2006. p. 31-83.

SCOLESE, Eduardo. Lula Completa 470 dias de viagens ao exterior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 dez. 2010. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/12/04/2>>. Acesso em: 06 out. 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Revista Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p.273-335, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292007000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 01 set. 2017.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa. **Meridiano**, v. 47, n. 12, p.3-9, nov.-dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4242>>. Acesso em 03 set. 2017.

_____. **About**. Disponível em <<http://joenye.com/about>>. Acesso em 04 dez. 2017.

_____. **Conversas com jovens diplomatas**. 1 ed. São Paulo: BENVIRÁ, 2013. 80 p.

_____. Em Madri, Gilberto Gil diz que Brasil é “uma potência doce”. **Jornal Tribuna**. Curitiba, 13 fev. 2008. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/em-madri-gilberto-gil-diz-que-brasil-e-uma-potencia-doce/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____, 2017. Iniciativa África Um ponto de encontro entre Brasil e África. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/afrika/iniciativa>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **Lula, 2018**. Disponível em <<http://lula.com.br/biografia>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____, **Viagens internacionais – 2º mandato**. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato>>. Acesso em 06 dez. 2017.